



ENERGISA S/A  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 00.864.214/0001-06  
Praça Rui Barbosa, nº 80 (parte)  
Cataguases, MG - CEP 36.770-901  
[www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

**PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA A SEREM REALIZADAS EM 29 DE ABRIL DE 2011**

**1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, JÁ DIVULGADA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 22 DE MARÇO DE 2011, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2010 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481,**

**1. Informar o lucro líquido do exercício:**

- R\$ 194.647.783,53 em 2010.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- Dividendos de R\$ 96.438.926,52, perfazendo R\$ 0,089 por ação ordinária e preferencial, já integralmente antecipados e quitados em setembro de 2010 e março de 2011.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:**

- 49,6%.

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

- Não houve.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

A proposta da Administração à AGO/E de 29/04/2011 é ratificar os valores dos dividendos já distribuídos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados - R\$ 96.438.926,52 de dividendos antecipados.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos - a partir de 28/09/2010 (R\$ 60.866.250,48) e a partir de 15/03/2011 (R\$ 35.572.676,04).

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido	Lucro líquido por ação	Lucro líquido por ação ordinária	Lucro líquido por ação preferencial
2010	R\$ 194.647.783,53	R\$ 0,18	R\$ 0,18	R\$ 0,18
2009	R\$ 276.855.137,25	R\$ 0,26	R\$ 0,26	R\$ 0,26
2008 (*)	R\$ 103.696.481,01	R\$ 0,49	R\$ 0,49	R\$ 0,49
2007 (*)	R\$ 321.868.431,36	R\$ 1,53	R\$ 1,53	R\$ 1,53

(\*) Lucro por ação antes de desdobramento de 4:1, portanto, para efeitos de comparação o lucro por ação em 2007 e 2008 deve ser dividido por 5.

- b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (não houve distribuição de juros sobre capital próprio):

Exercício	Dividendo total	Ação ordinária	Ação preferencial
2010	R\$ 96.438.926,52	R\$ 0,089	R\$ 0,089
2009	R\$ 123.363.052,29	R\$ 0,113	R\$ 0,113
2008 (*)	R\$ 57.436.029,97	R\$ 0,26	R\$ 0,28
2007 (*)	R\$ 153.426.910,94	R\$ 0,70	R\$ 0,77

(\*) Dividendos por ação antes de desdobramento de 4:1, portanto, para efeitos de comparação o dividendo por ação em 2007 e 2008 deve ser dividido por 5.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$ 7.866.079,46

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Lucro líquido do exercício - R\$ 194.647.783,53

Ajustes adoção dos padrões internacionais de contabilidade - R\$ 37.326.194,33

Percentual da Reserva legal - 5%

Reserva legal = R\$157.321.589,20 x 5% = R\$ 7.866.079,46

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos - não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social:

"Art.32 A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76."

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia tem efetuado nos últimos exercícios pagamentos de dividendos acima do valor mínimo obrigatório (25%).

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não há.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da

companhia - não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências - não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar - não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias - não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção - Reserva de Lucro:

Reserva de Retenção de Lucros R\$ 53.016.583,23

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

**ENERGISA S/A**  
Proposta da Administração para Aprovação do Orçamento de Capital  
Exercício de 2011

Aplicações de Capital e Fontes de Recursos (Regime de Fluxo de Caixa)	R\$ Milhões
<b>APLICAÇÕES DE CAPITAL</b>	<b>513,1</b>
1. Investimento nas operações (capex referente à holding) (*)	1,7
2. Pagamento do serviço da dívida bancária (amortização + juros)	101,3
3. Empréstimo à controladas e capitalização em subsidiárias	34,5
4. Capitalização em projetos de geração de energia elétrica	186,6
5. Reserva para capitalização em futuros projetos de geração de energia elétrica	153,5
6. Pagamento de dividendos complementares (competência: exercício 2010)	35,6
<b>FONTES DE RECURSOS</b>	<b>513,1</b>
1. Geração operacional de caixa após impostos	51,8
2. Dividendos complementares a receber de controladas (competência: exercício 2010)	39,5
3. Captação de US\$ 200 milhões em Bônus Perpétuo Híbrido	333,1
4. Utilização de recursos disponíveis em caixa (redução do capital circulante líquido) (**)	88,8
4.1. Reserva de Retenção de Lucros	53,0
4.2. Recursos do saldo de caixa e equivalentes existente	35,8

\* Referente a holding somente, não incluindo investimentos realizados diretamente pelas subsidiárias.

\*\* Saldo de caixa e equivalentes existente em 31/12/2010 = R\$ 148,5 milhões.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais - não aplicável.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO CAPÍTULO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) - PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

<p><b>a) Objetivos da política ou prática de remuneração:</b></p> <p>A política de remuneração da Companhia para os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária está baseada nas seguintes premissas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.</li><li>▪ Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.</li><li>▪ Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.</li><li>▪ Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis.</li></ul>
--

<p><b>b) Composição da Remuneração:</b></p> <p>i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:</p> <p>A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária da Companhia é composta pelos elementos abaixo descritos, os quais possuem os seguintes objetivos:</p> <p>(a) <u>Remuneração Fixa Anual:</u></p> <p><u>Salário/Honorários:</u> Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do "mercado Hay". O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.</p> <p><u>Benefícios Diretos e Indiretos:</u> Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde previdência privada e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.</p> <p>(b) <u>Remuneração Variável:</u></p> <p><u>Participação nos resultados (PLR):</u> Valor pago em função do cumprimento das metas estabelecidas por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.</p> <p>Atualmente, a Companhia não possui conselho fiscal e não paga nenhuma verba adicional a seus executivos por participação em qualquer comitê da Companhia atualmente em funcionamento.</p> <p>ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total:</p> <p>Em média, a proporção de cada elemento da remuneração total é de:</p>
--

<b>Orgão</b>	<b>Honorários</b>	<b>PLR</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	77%	22%	1%	100%
Diretoria Executiva	57%	37%	6%	100%

iii) Metodologia do cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é definido em assembléia geral de acionistas da Companhia e tem como base pesquisa salarial realizada pela empresa de consultoria Hay do Brasil Consultores Ltda., do Hay Group

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Os executivos da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

**c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração estão alinhados com os objetivos da Companhia e contemplam todas as importantes dimensões de seus resultados, quais sejam, financeira, de clientes, processos internos, colaboradores e de melhoria contínua.

**d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

Os valores da PLR são definidos de acordo com o desempenho de cada executivo. Este desempenho é medido por meio da metodologia de medição e gestão de desempenho *Balanced Scorecard* ("BSC"), sendo que para BSC = 100% paga-se a mediana do "mercado Hay". Da mesma forma, para desempenhos inferiores, paga-se valor abaixo da mediana do "mercado Hay" e para desempenhos superiores, paga-se acima dessa mediana.

**e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:**

Através da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, conservar profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.

**f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

Os Conselheiros e Diretores corporativos possuem seus honorários rateados entre as empresas do grupo. Para definição do rateio dos honorários levou-se em consideração o faturamento de cada empresa do Grupo Energisa.

**g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle societário do emissor:**

Em decorrência da compra ou alienação de controle societário, normalmente é pago, para os profissionais que atuaram diretamente na operação, um bônus definido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Nos últimos 3 exercícios não houve o pagamento simultâneo de Bônus e PLR, por este motivo não há previsão deste valor quanto ao bônus, estando toda a Remuneração Variável informada como PLR.

2008

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>	7	4	-	11
<b>c. Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>165.995,11</b>	<b>146.320,20</b>	-	<b>312.315,31</b>
. Salário ou pró-labore	158.647,34	124.438,71	-	283.086,05
. Benefícios diretos e indiretos	7.347,77	21.881,49	-	29.229,26
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	-	0,00
. Outros	N/A	N/A	-	0,00
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>104.921,50</b>	<b>58.382,50</b>	-	<b>163.304,00</b>
. Bônus	-	-	-	0,00
. Participação nos resultados	104.921,50	58.382,50	-	163.304,00
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A	-	0,00
. Comissões	N/A	N/A	-	0,00
. Outros	N/A	N/A	-	0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>	N/A	N/A	-	0,00
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>	N/A	N/A	-	0,00
<b>d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>	<b>270.916,61</b>	<b>204.702,70</b>	-	<b>475.619,31</b>

2009

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>	7	5	N/A	12
<b>c. Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>81.389,65</b>	<b>60.612,14</b>		<b>142.001,79</b>
. Salário ou pró-labore	78.470,48	51.918,92		130.389,40
. Benefícios diretos e indiretos	2.919,17	8.693,22		11.612,39
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>60.979,95</b>	<b>43.636,46</b>		<b>104.616,41</b>
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	60.979,95	43.636,46		104.616,41
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>	N/A	N/A		0,00
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>	N/A	N/A		0,00
<b>d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>	<b>142.369,60</b>	<b>104.248,60</b>		<b>246.618,20</b>

2010

	a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>		7	5	N/A	12
<b>c. Remuneração Segregada em:</b>					
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>		<b>150.986,59</b>	<b>70.231,49</b>		<b>221.218,08</b>
. Salário ou pró-labore		95.043,75	63.095,86		158.139,61
. Benefícios diretos e indiretos		1.942,84	7.135,63		9.078,47
. Remuneração por participação em comitês		54.000,00	N/A		54.000,00
. Outros		N/A	N/A		0,00
<b>ii. Remuneração Variável</b>		<b>41.776,33</b>	<b>40.506,73</b>		<b>82.283,06</b>
. Bônus		-	-		0,00
. Participação nos resultados		41.776,33	40.506,73		82.283,06
. Remuneração por participação em reunião		N/A	N/A		0,00
. Comissões		N/A	N/A		0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>		N/A	N/A		0,00
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>		N/A	N/A		0,00
<b>d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>		<b>192.762,92</b>	<b>110.738,22</b>		<b>303.501,14</b>

2011 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

	a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>		7	5	N/A	12
<b>c. Remuneração Segregada em:</b>					
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>		<b>203.082,00</b>	<b>598.682,02</b>		<b>801.764,02</b>
. Salário ou pró-labore		130.208,30	588.862,11		719.070,41
. Benefícios diretos e indiretos		2.673,70	9.819,91		12.493,61
. Remuneração por participação em comitês		70.200,00	N/A		70.200,00
. Outros		N/A	N/A		0,00
<b>ii. Remuneração Variável</b>		<b>55.882,88</b>	<b>63.344,65</b>		<b>119.227,52</b>
. Bônus		-	-		0,00
. Participação nos resultados		55.882,88	63.344,65		119.227,52
. Remuneração por participação em reunião		N/A	N/A		0,00
. Comissões		N/A	N/A		0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>		N/A	N/A		0,00
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>		N/A	N/A		0,00
<b>d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>		<b>258.964,88</b>	<b>662.026,67</b>		<b>920.991,54</b>

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Nos últimos 3 exercícios não houve o pagamento simultâneo de Bônus e PLR, por este motivo não há previsão deste valor quanto ao bônus, estando toda a Remuneração Variável informada como PLR.

2008

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>	7	4	-	11
<b>c. Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
<b>d. PLR</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	129.375,90	69.732,45	-	199.108,35
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	104.921,50	58.382,50	-	163.304,00

2009

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>	7	5	-	12
<b>c. Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
<b>d. PLR</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	60.979,10	43.655,58	-	104.634,68
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado (1)	60.979,95	43.636,46	-	104.616,41

2010

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>	7	5	-	12
<b>c. Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
<b>d. PLR</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	41.776,33	40.506,73	-	82.283,06
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	41.776,33	40.506,73	-	82.283,06

2011 (a ser aprovada em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número de Membros</b>	7	5	-	12
<b>c. Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	-	0,00
<b>d. PLR</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	55.882,88	63.344,65	-	119.227,52
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado			-	

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.5 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

**Conselho de Administração:**

Posição acionária na Companhia de cada membro do Conselho de Administração, efetivo (E) e suplente (S), em 31 de dezembro de 2010:

Nomes	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Ivan Müller Botelho (E)	2.085.445	508.880	2.594.325	0,24%
Ricardo Perez Botelho (E)	255	1.020	1.275	0,00%
Antônio José de Almeida Carneiro (E)	50	-	50	0,00%
Marcílio Marques Moreira	50	-	50	0,00%
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (E)	50	-	50	0,00%
André La Saigne de Botton (S)	5	-	5	0,00%
Francisco Ferreira Quintero (S)	50	-	50	0,00%
<b>Total</b>	<b>2.085.905</b>	<b>509.900</b>	<b>2.595.805</b>	<b>0,24%</b>

**Diretoria:**

Posição acionária na Companhia de cada diretor em 31 de outubro de 2010

Nomes	Cargo	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Ricardo Perez Botelho	Diretor Presidente	255	1.020	1.275	0,00
Maurício Perez Botelho	Diretor Financeiro e Relações com Investidores	177.356	732.774	910.130	0,08%
Danilo de Souza Dias	Diretor de Regulação e Estratégia	-	-	-	-
José Marcelo Gonçalves Reis	Diretor de Suprimentos e Logística	-	-	-	-
Antônio José Maciel de Medina	Diretor de Gestão de Pessoal	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>177.611</b>	<b>733.794</b>	<b>911.405</b>	<b>0,08%</b>

Posição acionária na Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A de cada Conselheiro, efetivo (E) e suplente (S), em 31 de dezembro de 2010:

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% do Capital Total
Ivan Müller Botelho (E)	1	-	1	0,00
Ricardo Perez Botelho (E)	1	-	1	0,00
Antônio José de Almeida Carneiro (E)	1	-	1	0,00
Marcílio Marques Moreira	1	-	1	0,00
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (E)	1	-	1	0,00
Maurício Perez Botelho (S)	1	-	1	0,00
Francisco Ferreira Quinteiro (S)	1	-	1	0,00
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>0,00</b>

Posição acionária na Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A de cada Conselheiro, efetivo (E) e suplente (S), em 31 de dezembro de 2010:

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% do Capital Total
Ivan Müller Botelho (E)	1	-	1	0,00
Ricardo Perez Botelho (E)	1	-	1	0,00
Antônio José de Almeida Carneiro (E)	1	-	1	0,00
Marcílio Marques Moreira	1	-	1	0,00
Sérgio Alves de Souza	1	-	1	0,00
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (E)	1	-	1	0,00
Maurício Perez Botelho (S)	1	-	1	0,00
Francisco Ferreira Quinteiro (S)	1	-	1	0,00
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>0,00</b>

Posição acionária na Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A de cada Conselheiro, efetivo (E) e suplente (S), em 31 de dezembro de 2010:

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% do Capital Total
Ivan Müller Botelho (E)	1	-	1	0,00
Ricardo Perez Botelho (E)	1	-	1	0,00
Antônio José de Almeida Carneiro (E)	1	-	1	0,00
Marcílio Marques Moreira	1	-	1	0,00
Marcelo Silveira da Rocha	1	-	1	0,00
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (E)	1	-	1	0,00
Maurício Perez Botelho (S)	1	-	1	0,00
Francisco Ferreira Quinteiro (S)	1	-	1	0,00
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>0,00</b>

Posição acionária na Energisa Paraíba- Distribuidora de Energia S/A de cada Conselheiro, efetivo (E) e suplente (S), em 31 de dezembro de 2010:

<i>Nomes</i>	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% do Capital Total
Ivan Müller Botelho (E)	1	-	1	0,00
Ricardo Perez Botelho (E)	1	-	1	0,00
Antônio José de Almeida Carneiro (E)	1	-	1	0,00
Marcílio Marques Moreira	1	-	1	0,00
Marcelo Silveira da Rocha	1	-	1	0,00
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho (E)	1	-	1	0,00
Maurício Perez Botelho (S)	1	-	1	0,00
Francisco Ferreira Quinteiro (S)	1	-	1	0,00
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>0,00</b>

**13.6 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.8 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.9 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
a)		
b. número de membros	7	5
c. Nome do Plano	Plano Energisa de Complementação de Aposentadoria	
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Ter no mínimo 55 anos de idade</li> <li>. Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora</li> <li>. Ter no mínimo 5 anos de vinculação ao plano</li> <li>. Término do vínculo empregatício com a patrocinadora</li> <li>. Estar elegível a um benefício de aposentadoria pela previdência oficial</li> </ul>	
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 22.430,48	R\$ 71.280,98
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.942,84	R\$ 6.233,73
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim, com as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> <li>. Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora</li> <li>. Término do vínculo empregatício</li> <li>. O valor a ser resgatado referente a parte da patrocinadora é proporcional ao seu tempo de serviço</li> </ul>	

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Conselho de Administração

<b>Ano</b>	<b>Número de Membros</b>	<b>Valor da maior remuneração individual</b>	<b>Valor da menor remuneração individual</b>	<b>Valor médio de remuneração individual</b>
2008	7	174.437,49	13.009,28	54.183,32
2009	7	86.499,97	10.239,16	28.473,92
2010	7	53.568,20	12.337,60	38.552,58

Diretoria Estatutária

<b>Ano</b>	<b>Número de Membros</b>	<b>Valor da maior remuneração individual</b>	<b>Valor da menor remuneração individual</b>	<b>Valor médio de remuneração individual</b>
2008	4	64.533,02	42.130,89	51.175,67
2009	5	43.087,94	9.784,57	26.062,15
2010	5	43.710,68	13.066,51	27.684,55

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

<b>Órgão</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Conselho de Administração	25%	23%	22%
Diretoria Estatutária	29%	37%	40%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

2008

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>1.378.560,25</b>	<b>1.341.940,85</b>	-	<b>2.720.501,10</b>
. Salário ou pró-labore	1.296.434,32	1.217.488,45	-	2.513.922,77
. Benefícios diretos e indiretos	82.125,93	124.452,40	-	206.578,33
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	-	0,00
. Outros	0,00	0,00	-	0,00
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>936.100,42</b>	<b>1.124.700,56</b>	-	<b>2.060.800,98</b>
. Bônus	135.404,63	217.239,16	-	352.643,79
. Participação nos resultados	800.695,79	907.461,40	-	1.708.157,19
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	-	0,00
. Comissões	0,00	0,00	-	0,00
. Outros (Bônus de Alienação de Ativos)	0,00	0,00	-	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>2.232.534,74</b>	<b>2.342.189,01</b>	-	<b>4.781.302,08</b>

2009

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>1.826.241,61</b>	<b>1.823.857,51</b>	-	<b>3.650.099,12</b>
. Salário ou pró-labore	1.671.701,68	1.556.826,76	-	3.228.528,44
. Benefícios diretos e indiretos	154.539,93	267.030,75	-	421.570,68
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	-	0,00
. Outros	0,00	0,00	-	0,00
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>1.809.071,77</b>	<b>1.352.680,13</b>	-	<b>3.161.751,90</b>
. Bônus	0,00	0,00	-	0,00
. Participação nos resultados	1.809.071,77	1.352.680,13	-	3.161.751,90
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	-	0,00
. Comissões	0,00	0,00	-	0,00
. Outros (Bônus de Alienação de Ativos)	0,00	0,00	-	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>3.480.773,45</b>	<b>2.909.506,89</b>	-	<b>6.811.851,02</b>

2010

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>1.906.920,90</b>	<b>2.446.583,17</b>	-	<b>4.353.504,07</b>
. Salário ou pró-labore	1.816.285,08	2.081.406,76	-	3.897.691,84
. Benefícios diretos e indiretos	90.635,82	365.176,41	-	455.812,23
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	-	0,00
. Outros	0,00	0,00	-	0,00
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>1.353.629,27</b>	<b>1.726.167,79</b>	-	<b>3.079.797,06</b>
. Bônus	0,00	0,00	-	0,00
. Participação nos resultados	1.150.766,57	1.436.087,66	-	2.586.854,23
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	-	0,00
. Comissões	0,00	0,00	-	0,00
. Outros (Bônus de Alienação de Ativos)	202.862,70	290.080,13	-	492.942,83
<b>Total da remuneração</b>	<b>3.169.914,35</b>	<b>3.807.574,55</b>	-	<b>7.433.301,13</b>

Os valores acima se referem ao rateio da remuneração dos administradores estatutários da Energisa S/A nas demais empresas do Grupo Energisa.

**13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:**

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO ARTIGO 14 E NO ANEXO 14, AMBOS DA IN CVM 481 /09 - PARA A AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA MEDIANTE A CAPITALIZAÇÃO DE PARTE DA RESERVA "RETENÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS ORIGINADOS POR MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS.**

**1. Informar valor do aumento e do novo capital social**

Valor do aumento: R\$ 131.210.547,13

Novo capital social: R\$ 600.000.000,00

**2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações**

Mediante a capitalização de parte da reserva "retenção de lucros acumulados originados por mudança de prática contábil".

**3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas conseqüências jurídicas e econômicas**

Razões: Cumprimento do art. 199 da Lei das S.A.

Conseqüência jurídica: Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para adequação ao valor do novo capital social.

Conseqüências econômicas: Nenhuma.

**4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável**

Não aplicável

**5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações**

Não aplicável

**6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas**

- a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas.

**As ações da Companhia não têm Valor Nominal.**

- b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal.

**A capitalização será efetivada sem modificação do número de ações.**

- c. Em caso de distribuição de novas ações

**Não aplicável**

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição

Não aplicável

- a. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
- b. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Em resumo:

A administração da Energisa S/A ("Companhia"), no exercício de suas funções, vem apresentar aos acionistas da Companhia proposta relativa ao aumento do capital social para R\$ 600.000.000,00, com capitalização de R\$ 131.210.547,13 da reserva de lucros - lucros acumulados por mudança de prática contábil -, sem emissão de ações.

**4. RATIFICAR AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO ART.4º DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA EM RAZÃO DO PROGRAMA DE UNITS REALIZADO EM 2010, AJUSTANDO-SE O SEU "CAPUT", HAJA VISTA AS CONVERSÕES DE AÇÕES EFETUADAS.**

Em consequência das propostas anteriores, a Administração da Companhia propõe a alteração do art. 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a ter a seguinte redação:

*"Art.4º - O capital social é de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), dividido em 522.604.096 (quinhentas e vinte e dois milhões, seiscentos e quatro mil e noventa e seis) ações ordinárias e 577.253.459 (quinhentos e setenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal."*

Em razão desta alteração, consolidar o Estatuto Social da Companhia que passa a ter a seguinte redação:

**"ESTATUTO SOCIAL DE ENERGISA S/A**  
CNPJ/MF n.º 00.864.214/0001-06  
NIRE: 31.3.000.2503-9

#### CAPÍTULO I

##### DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FILIAIS, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1.º ENERGISA S/A é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas leis vigentes e tem sua sede e foro na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências de representação, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Art. 2.º Os fins da Companhia são:

I - participar de outras empresas, especialmente naquelas que tenham como objetivos principais:

a) a atuação no setor de energia de qualquer tipo, e para suas diferentes aplicações, seja gerando, transmitindo, comercializando, intermediando, ou

distribuindo ou, ainda, operando ou gerenciando para terceiros usinas produtoras, linhas de transmissão e redes de distribuição e quaisquer empreendimentos do setor energético;

b) a realização de estudos, a elaboração, implantação ou operação de projetos, bem como a atuação em construções e a prestação de serviços, relativamente a usinas, linhas ou redes ou empreendimentos do setor energético;

c) a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de peças, produtos e materiais relativos às atividades da letra "a" supra e de setores de grande utilização de energia;

II - o estudo, o planejamento e a organização de empresas de que pretenda participar;

III - a administração, locação, arrendamento, subarrendamento de bens, dos quais possui seu legítimo domínio ou propriedade; e

IV - a intermediação e operacionalização de negócios no país e no exterior, bem como a prestação de serviços de assistência, consultoria e assessoria administrativa, técnica, financeira, de planejamento, de negócios e de mercado, inclusive para importação e exportação de bens e serviços, seja a terceiros, seja às empresas em que participar, direta ou indiretamente, fornecendo-lhes apoio técnico e tático.

Art. 3.º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art.4º O capital social é de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), dividido em 522.604.096 (quinhentas e vinte e dois milhões, seiscentos e quatro mil e noventa e seis) ações ordinárias e 577.253.459 (quinhentos e setenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo único - As ações preferenciais de emissão da Companhia possuem as seguintes características:

I - sem direito a voto;

II - prioridade no caso de reembolso do capital sem prêmio;

III - direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Art. 5.º Observado que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, a Companhia fica desde já autorizada:

I - a aumentar o número das ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais de qualquer classe então existente;

II - a aumentar o número das ações preferenciais de qualquer classe sem guardar proporção com as demais classes então existentes ou com as ações ordinárias;

III - a criar quaisquer ações preferenciais de qualquer classe e, daí em diante, a criar ações preferenciais mais favorecidas ou não que as então existentes.

Parágrafo único. No caso de emissão de ações preferenciais de classe diversa da indicada no parágrafo único, do art. 4º acima, as quais seja atribuída prioridade no recebimento de dividendos, fixos ou mínimos, tais ações preferenciais adquirirão o exercício

do direito a voto se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

Art. 6.º Independentemente de modificação estatutária e observado o disposto no artigo anterior, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, por subscrição, até o limite de 3.000.000.000 (três bilhões) de ações, sendo até 1.626.300.000 (um bilhão, seiscentos e vinte e seis milhões, trezentas mil ações) ações ordinárias e em até 1.373.700.000 (um bilhão, trezentos e setenta e três milhões, setecentas mil ações) ações preferenciais.

Art. 7.º Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberação sobre a emissão de ações, estabelecendo:

I - se o aumento será mediante subscrição pública ou particular;

II - as condições de integralização em moeda, bens ou direitos, o prazo e as prestações de integralização;

III - as características das ações a serem emitidas (quantidade, espécie, classe, forma, vantagens, restrições e direitos);

IV - o preço de emissão das ações.

Art. 8.º Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

Art. 9.º Quando houver direito de preferência dos antigos acionistas, o prazo para seu exercício, se não se estipular outro maior, será de 30 (trinta) dias contados de um dos dois seguintes eventos que antes ocorrer:

I - primeira publicação da ata ou do extrato da ata que contiver a deliberação de aumento de capital; ou

II - primeira publicação de específico aviso aos acionistas, quando este for feito pela administração.

Art. 10. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações de qualquer espécie, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, desde que a respectiva colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou, ainda, mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Fica também excluído o direito de preferência para subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

Art. 11. Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia poderá passar a manter suas ações nominativas sob a forma escritural, em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira que designar, sem emissão de certificados, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do art. 35 da Lei nº 6.404/76

Art. 12. O acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações por ele subscritas ou adquiridas ficará de pleno direito constituído em mora, independente de notificação ou de interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 1% (hum por cento) ao mês, da correção monetária e da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor daquelas prestações ou entradas.

### CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS DOS ACIONISTAS

Art. 13. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1.º A mesa da Assembleia Geral será composta de um presidente e um secretário, sendo aquele escolhido por aclamação ou eleição e este nomeado pelo presidente da Assembleia Geral, a quem compete dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões.

§ 2.º Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias Gerais, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 horas antes da reunião.

§ 3.º Quinze dias antes da data das Assembleias Gerais, ficarão suspensos os serviços de transferências, conversão, agrupamento e desdobramento de certificados.

### CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Art. 14. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Art. 15. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

#### SEÇÃO I CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 16. O Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) membros titulares e até 5 (cinco) suplentes, todos acionistas, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato por 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Findos, normalmente, os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

§ 1.º Cada suplente só poderá substituir os respectivos conselheiros titulares, admitindo-se a designação de um ou mais suplentes para um ou para vários titulares, servindo um suplente na falta de outro, tudo conforme expressa deliberação da Assembleia Geral em que ocorrer sua eleição.

§ 2.º Os conselheiros elegerão o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração na primeira reunião do órgão, após sua posse.

§ 3.º O conselheiro titular, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo respectivo suplente.

§ 4.º No caso de vacância do cargo de conselheiro titular, o respectivo suplente o substituirá até a posse de um novo conselheiro titular eleito pela Assembleia Geral para o cargo vacante.

§ 5.º No caso de vacância do cargo de Conselheiro, inexistindo suplente para o preenchimento de tal vaga, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral que vier a se realizar.

§ 6.º Admitir-se-á a existência de até 3 (três) vagas nos cargos de suplentes.

Art. 17. Além das atribuições que lhe são conferidas por lei e por este Estatuto, compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II - eleger e destituir os diretores da Companhia;

III - fixar as atribuições dos diretores, observadas as normas deste Estatuto e as fixadas pelo próprio Conselho de Administração no regimento da Diretoria;

IV - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

V - convocar as Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias;

VI - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

VII - aprovar o orçamento anual da Companhia;

VIII - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores, observados, neste último caso os limites legais;

IX - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

X - autorizar a participação da Companhia em outras sociedades, em consórcios, "joint ventures", subsidiárias integrais, sociedades em conta de participação e em outras formas de associação e empreendimentos com terceiros, no país ou no exterior;

XI - autorizar a alienação das participações mencionadas na alínea imediatamente anterior, desde que exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria;

XII - definir, para a Diretoria, como serão exercidos os respectivos direitos que decorrem da posição de Companhia como sócia ou participante;

XIII - autorizar a prática de atos que tenham por objeto renunciar a direitos ou transigir, bem como a prestar fiança em processos fiscais, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XIV - autorizar a aquisição de ações da própria Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, e, neste último caso, deliberar sobre sua eventual alienação;

XV - autorizar a prática de atos que importem na constituição de ônus reais ou na alienação referentes a bens do seu ativo permanente, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVI - autorizar a prática de quaisquer atos que importem em obrigação para a Companhia ou na liberação de terceiros de obrigações para com a mesma, observadas as normas e/ou limites fixados pelo próprio Conselho de Administração no regimento da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVII - autorizar a realização de contratos com os administradores, acionistas controladores ou com sociedade em que os administradores ou acionistas controladores

tenham interesse, exceto com as sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

XVIII - deliberar sobre a outorga de opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;

XIX - deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, notas promissórias comerciais ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários autorizados pela legislação, observadas as formalidades legais;

XX - escolher e destituir os auditores independentes;

XXI - autorizar a assinatura de mútuo, nota ou outro instrumento de dívida, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais;

XXII - autorizar a prática de atos gratuitos, a concessão de fiança ou garantia a obrigação de terceiro ou a assunção de obrigação em benefício exclusivo de terceiros, por parte da Companhia, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais;

XXIII - fixar as regras para a emissão e cancelamento de certificados de depósito de ações ("Units"); e

XXIV - resolver sobre os casos omissos neste Estatuto.

Art. 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

§ 1.º As convocações serão feitas por seu Presidente, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 2.º As reuniões do Conselho de Administração se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

§ 3.º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos conselheiros presentes.

§ 4.º Os conselheiros poderão se fazer representar por um de seus pares, munidos de poderes expressos, inclusive para votar, bem como participar das reuniões por vídeo ou teleconferência, desde que presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração por carta, fac-símile ou correio eletrônico antes do término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente do Conselho de Administração ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome desse conselheiro.

Art. 19. Além de suas atribuições como conselheiro, são atribuições específicas do presidente do Conselho de Administração:

I - convocar as reuniões ordinárias (ou fixar as datas em que periodicamente estas ocorrerão) e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho de Administração;

II - instalar e presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho de Administração;

III - comunicar à Diretoria, aos acionistas e à Assembleia Geral, quando for o caso, as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração;

IV - firmar as deliberações do Conselho de Administração que devam ser expressas em resoluções, para conhecimento ou cumprimento dos diretores e do próprio Conselho de Administração;

V - dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto.

Art. 20. Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante suas ausências ou impedimentos temporários. No caso de vaga, terá as atribuições do Presidente, até que outro seja eleito pela primeira Assembleia Geral que vier a se realizar.

## SEÇÃO II DIRETORIA

Art. 21. A Diretoria será composta de até 5 (cinco) membros, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato por 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Findos normalmente os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos.

§ 1.º Admitir-se-á a existência de até 3 (três) cargos vagos na Diretoria, podendo o Conselho de Administração determinar o exercício cumulativo, por um, das atribuições de outro diretor.

§ 2.º No caso de vaga na Diretoria além das permitidas no § 1.º, o Conselho de Administração, no período de 30 (trinta) dias a contar da vacância, elegerá um novo diretor para completar o mandato do substituído.

§ 3.º O Conselho de Administração estabelecerá a composição da Diretoria, bem como fixará as atribuições de cada um de seus membros, nomeando dentre eles um diretor-presidente ao qual competirá, privativamente, representar a Companhia, em juízo, ativa ou passivamente, recebendo citação inicial.

§ 4.º O Conselho de Administração também designará, entre os diretores, aquele incumbido das funções de diretor de relações com o mercado, a quem caberá divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como cuidar do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com suas entidades reguladoras e fiscalizadoras.

§ 5.º Na ausência ou impedimento de qualquer dos diretores, suas atribuições serão exercidas pelo diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V CONSELHO CONSULTIVO

Art. 22. A Companhia poderá ter um Conselho Consultivo composto de até 6 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e com mandato pelo prazo de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo único. O Conselho de Administração, ao eleger os membros do Conselho Consultivo, fixará os seus honorários.

Art. 23. Os conselheiros elegerão o presidente do Conselho Consultivo.

Art. 24. Competirá ao conselho consultivo, sempre reservadamente:

I - aconselhar a administração na orientação superior dos negócios sociais;

II - pronunciar-se sobre assuntos ou negócios da Companhia que lhe forem submetidos a exame; e

III - transmitir ao Conselho de Administração informações e dados técnicos, econômicos, industriais ou comerciais concernentes aos objetivos sociais da Companhia e das sociedades em que esta participar, apresentando sugestões e recomendações.

Art. 25. O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado por seu presidente ou pelo Conselho de Administração, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com a antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões do Conselho Consultivo se instalarão com a presença da maioria de seus membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

## CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Art. 26. A Companhia terá um conselho fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, o qual só entrará em funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral que eleger os respectivos titulares, fixando-lhes a remuneração.

Art. 27. Os conselheiros fiscais terão as atribuições previstas em lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos suplentes.

§ 1.º Para que o Conselho Fiscal possa funcionar, será necessária a presença da maioria de seus membros.

§ 2.º Caberá ao Conselho Fiscal eleger o seu presidente na primeira sessão realizada após sua instalação.

## CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 28. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29. As demonstrações financeiras e a destinação dos resultados obedecerão às prescrições legais e às deste Estatuto.

Parágrafo único. A Companhia levantará balanços semestrais, podendo fazê-lo também, a critério da administração, trimestralmente ou em períodos menores.

Art. 30. Satisfeitos os requisitos e limites legais, os administradores da Companhia terão direito a uma participação de até 10% (dez por cento) sobre os resultados do período, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O Conselho de Administração decidirá sobre a distribuição desta quota entre conselheiros e diretores.

Art. 31. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal de que trata o art. 193, da Lei nº 6.404/76.

Art. 32. A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

Art. 33. Poderão ser pagos ou creditados, pela Companhia, juros sobre o capital próprio, imputando-se o respectivo valor ao dos dividendos obrigatórios previstos no

art. 32 supra, de acordo com a Lei n.º 9.249/95 e suas modificações havidas ou que venham a ocorrer.

Art. 34. Após as destinações mencionadas nos artigos anteriores, o saldo do lucro líquido será levado à conta de uma reserva, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital, para renovação e ampliação de instalações e para investimentos, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das atividades sociais, ou terá outra destinação que, pela Assembleia Geral, lhe for dada.

#### CAPÍTULO VIII DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 35. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei. Durante o período de liquidação será mantido o Conselho de Administração, competindo-lhe nomear o liquidante.

#### CAPÍTULO IX EMISSÃO DE UNITS E CONVERSÃO DE AÇÕES

Art. 36. A administração da Companhia poderá contratar instituição financeira para emitir, por solicitação dos acionistas que assim desejarem, nos prazos definidos pelo Conselho de Administração, certificados de depósito de ações (doravante designados como "Units" ou individualmente como "Unit"), sendo que cada Unit representará 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia, referentes às ações mantidas em depósito.

§ 1.º Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

§ 2.º A partir da emissão das Units, as ações depositadas ficarão registradas em conta de depósito vinculada às Units, aberta em nome do titular das ações perante a instituição financeira depositária.

Art. 37. As Units terão forma escritural e, exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units correspondentes, nos registros da instituição financeira depositária.

§ 1.º Exceto nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º deste artigo, o titular das Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas.

§ 2.º O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento das Units prevista no § 1º deste artigo.

§ 3.º As Units que tenham ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

Art. 38. As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações depositadas.

§ 1.º Competirá exclusivamente ao titular das Units o direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, devendo depositar na Companhia, antes da realização de cada Assembleia Geral, comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações.

§ 2.º Na hipótese de desdobramento, grupamento de ações ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

I - Na hipótese de alteração da quantidade de ações de emissão da Companhia, em virtude de desdobramento de ações ou de emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

II - Na hipótese de alteração da quantidade de ações de emissão da Companhia em virtude de grupamento de ações, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 4 ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

§ 3.º Na hipótese de aumentos de capital por subscrição de ações em que tiver sido concedido o direito de preferência aos acionistas da Companhia, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

I - Caso o aumento de capital seja realizado mediante emissão de ações ordinárias e preferenciais da Companhia passíveis de constituírem novas Units, os titulares das Units poderão exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas Units, sendo que:

(a) se o acionista subscrever novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia, serão emitidas a seu favor novas Units correspondentes às ações por ele subscritas, salvo manifestação em contrário por parte do acionista; e

(b) o acionista poderá subscrever ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia sem a emissão de Units, ou apenas ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia, devendo comunicar tal intenção no boletim de subscrição de ações.

II - Caso somente seja efetuada a emissão de ações ordinárias ou de ações preferenciais, o titular das Units poderá exercer, diretamente, o direito de preferência conferido por uma das ações representadas pelas Units, sendo que, neste caso, não poderá ser solicitada a emissão de novas Units.

## CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 39. Os acionistas da Companhia poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, observado o disposto neste artigo.

§ 1º. A conversão mencionada no caput deste artigo observará as seguintes condições:

I - Para cada grupo de 5 (cinco) ações preferenciais de emissão da Companhia, o acionista titular dessas ações terá o direito de converter 1 (uma) ação preferencial em 1 (uma) ação ordinária;

II - Para cada grupo de 5 (cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia, o acionista titular dessas ações terá o direito de converter 4 (quatro) ações ordinárias em 4 (quatro) ações preferenciais.

§ 2º. Competirá ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer os termos, prazos e condições para o exercício do direito de conversão previsto neste artigo, podendo praticar todos os atos necessários à sua implementação.”

**5. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE ART. 10 DA IN CVM 481/09 - PARA A ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO SUPLENTE, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA O DIA 29 DE ABRIL DE 2011**

Informações indicadas no Formulário de Referência

<b>12.6.</b> Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:
a. nome <b>Pedro Boardman Carneiro</b>
b. idade <b>24 anos</b>
c. profissão <b>Empresário</b>
d. CPF ou número do passaporte <b>115.816.367-33</b>
e. cargo eletivo ocupado <b>Suplente de Conselheiro de Administração</b>
f. data de eleição <b>29/04/2011</b>
g. data da posse <b>29/04/2011</b>
h. prazo do mandato <b>1 ano. Até a AGOE de 2012, que irá reeleger os demais Conselheiros.</b>

<p>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</p> <p><b>Nenhum</b></p>
<p>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</p> <p><b>Indicado pelo acionista minoritário Gaster Participações S.A.</b></p>
<p><b>12.7.</b> Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários<sup>1</sup></p> <p><b>O candidato não fará parte de qualquer comitê do emissor</b></p>
<p><b>12.8.</b> Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:</p>
<p>a. currículo, contendo as seguintes informações:</p>
<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• nome da empresa <p style="margin-left: 40px;"><b>Corretora Liquidez – Summer Job</b> <b>Mês de Fevereiro de 2006.</b> <b>Estagiário da mesa de Índice Futuro.</b></p> <p style="margin-left: 40px;"><b>Banco Banif – Summer Job</b> <b>Mês de Fevereiro e Março de 2007.</b> <b>Estagiário no setor de análise macro.</b></p> <p style="margin-left: 40px;"><b>Sócio: Dinâmica Investimentos e Empreendimentos (Empresa Fechada)</b> <b>Janeiro de 2009 – atualmente</b> <b>Sócio e Operador de Mercado Financeiro</b></p> </li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• cargo e funções inerentes ao cargo</li> </ul> <p><b>ver quadro acima</b></p>

<sup>1</sup> As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram

**Atividades principais: Mercado Financeiro.**

- (i) o grupo econômico do emissor:

**Nenhuma das empresas acima integram o grupo econômico do emissor.**

- (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

**Nenhuma das empresas acima detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor.**

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

**O candidato jamais exerceu qualquer cargo de administração em companhias abertas**

- b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal

**Não ocorrido.**

- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Não ocorrido.**

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Não ocorrido.**

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor

**O candidato Pedro Boardman Carneiro é filho do Conselheiro de Administração titular Antônio José de Almeida Carneiro**

- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**O candidato Pedro Boardman Carneiro é filho do Conselheiro de Administração**

**Antônio José de Almeida Carneiro, que também é Conselheiro de Administração das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.**

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Não**

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

**Não**

**12.10.** Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**N/A**

b. controlador direto ou indireto do emissor

**N/A**

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

**N/A**

**Breve currículo:**

**PEDRO BOARDMAN CARNEIRO**

Cargo: Candidato a Conselheiro Suplente.

Data de Nascimento: 10 de maio de 1986

Formação Acadêmica: Graduado em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, em 2010.

Experiência Profissional: Sócio e Operador de Mercado Financeiro da Dinâmica Investimentos e Empreendimentos; Ex-estagiário do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.; Ex-estagiário da Corretora Liquidez.

**6 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES, ELABORADO DE ACORDO COM O ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**10.1 - Comentários sobre:**

**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria da Companhia entende que a mesma apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

## b) Estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre Patrimônio Líquido apresenta conservadores níveis de alavancagem.

As operações financeiras realizadas pelo Grupo Energisa em 2010 totalizaram R\$ 518,7 milhões, destacando-se: (i) R\$ 10,8 milhões financiados pelo BNDES e pela Eletrobrás para suporte aos investimentos das distribuidoras controladas; (ii) R\$ 43,0 milhões financiados pela Eletrobrás para suporte ao Programa Luz para Todos, sendo R\$ 36,0 milhões com recursos de subvenção da CDE; (iii) R\$ 83,0 milhões do financiamento do BNDES para a construção das três PCHs no Rio Grande (total contratado de R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 123 milhões já foram liberados até final de 2010); (iv) R\$ 81,9 milhões financiados pelo Banco do Nordeste para os investimentos das distribuidoras Energisa Sergipe, Energisa Paraíba e Energisa Borborema; e (v) R\$ 300,0 milhões em emissão de debêntures pela Companhia.

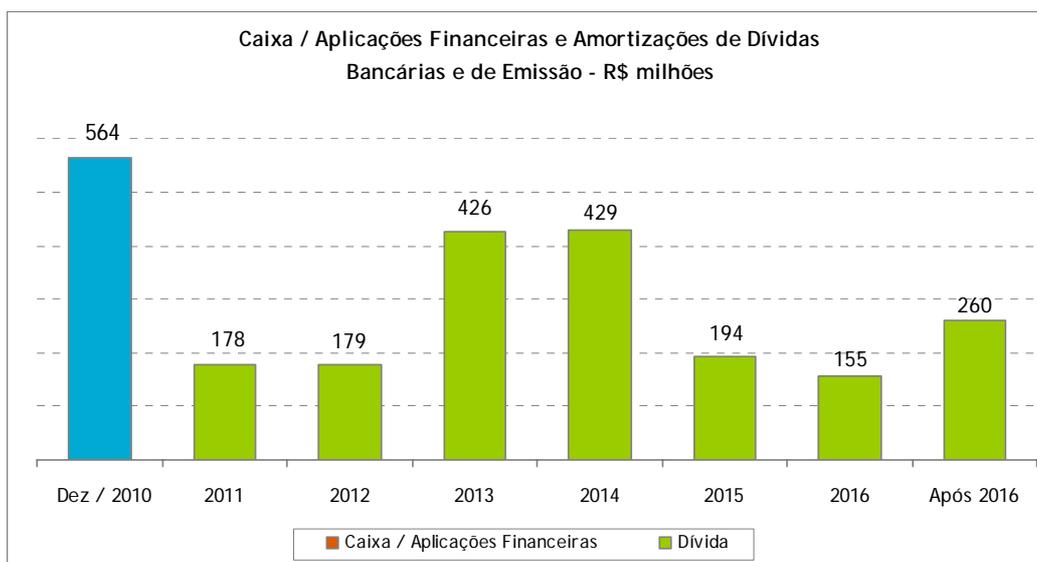
A Companhia também realizou em janeiro de 2010 a amortização antecipada total das debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 1ª emissão pública, no montante de R\$ 46,7 milhões. A amortização teve como objetivo melhorar a estrutura de capital e estrutura de garantias prestadas pelo Grupo, desonerando as ações de Energisa Paraíba e da Energisa Borborema dadas em garantia no momento da emissão, em 2006.

## c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em dezembro de 2010, a posição consolidada de caixa, aplicações financeiras e equivalentes era de R\$ 564,4 milhões. Esse montante é 1,8 vezes superior às dívidas consolidadas de curto prazo que somam R\$ 319,1 milhões e correspondem a 17,1% das dívidas consolidadas totais. As dívidas líquidas consolidadas, incluindo encargos, totalizaram R\$ 1.306,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, contra R\$1.122,3 milhões no mesmo período em 2009. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado em 2010 ficou em 2,4 vezes. O prazo médio da dívida líquida existente é de 5,0 anos.

Os recursos em caixa e aplicações financeiras são suficientes para amortizar dívidas contratadas até o primeiro semestre de 2.013.

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa (sem levar em conta os efeitos da emissão das Notas Perpétuas), em 31 de dezembro de 2010, vis-à-vis o caixa, estão representados conforme ilustrado abaixo:



d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas e e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O endividamento consolidado da Companhia era composto da seguinte forma em dezembro de 2010.

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Valores em R\$ mil					Ref.
			Principal		Total			
			Circulante	Não Circulante	2010	2009	01/01/2009	
ENERGISA	Em moeda nacional							
	CCB - Itaú BBA (Garantia BID)	-	-	-	-	307.820	299.740	1
	Leasing Bradesco	-	-	-	-	468	711	
	Total em moeda nacional	-	-	-	-	308.288	300.451	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(7.437)	-	
	<b>Total Controladora</b>	-	-	-	-	<b>300.851</b>	<b>300.451</b>	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	287	15.082	10.861	26.230	38.394	39.940	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	149	-	15.000	15.149	15.112	14.777	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	13	167	772	952	1.116	1.281	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	460	2.915	3.421	3.887	4.353	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	560	4.470	5.097	5.672	5.768	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	-	-	152	152	-	-	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	173	173	-	-	
	Eletrobrás - Subtransmissão	33	987	3.914	4.934	1.077	-	
	Eletrobrás - Luz no Campo	8	275	188	471	728	1.010	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	39	6.341	4.927	11.307	17.277	23.241	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	21	2.488	13.805	16.314	18.831	19.769	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	342	3.463	9.272	13.077	15.075	15.842	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	35	-	35	90	143	
	Banco Itaú - repasse FINAME	6	119	402	527	-	-	
	Banco Credit Suisse (*)	-	-	-	-	-	7.201	
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	68	-	21.044	21.112	-	-	
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	-	-	-	-	3.752	2.338	
	Banco do Nordeste- Recursos RECIN	-	-	-	-	3.752	2.339	
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	4	
Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	18		
Financiamento INERGUS PO	-	788	23.319	24.107	24.898	-		
Financiamento INERGUS PSI	-	1.732	23.612	25.344	26.902	-		

	Total em moeda nacional	1.079	32.497	134.826	168.402	176.563	138.024	
	Em moeda estrangeira							
	NOTES UNITS	9.426	-	178.427	187.853	196.465	256.009	1
	Total em moeda estrangeira	9.426	-	178.427	187.853	196.465	256.009	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(12)	(223)	(7.270)	(7.505)	(8.290)	-	
	<b>Total ENERGISA SERGIPE</b>	<b>10.493</b>	<b>32.274</b>	<b>305.983</b>	<b>348.750</b>	<b>364.738</b>	<b>394.033</b>	
ENERGISA PARAÍBA	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	125	7.660	5.469	13.254	19.198	19.969	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	575	-	61.000	61.575	61.420	60.127	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	30	370	1.868	2.268	2.673	3.060	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	58	560	3.591	4.209	4.762	6.537	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	70	650	4.759	5.479	6.067	6.276	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	64	496	4.322	4.882	4.940	2.117	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	1.330	1.330	1.987	-	
	Eletrobrás - Luz para Todos	48	127	4.148	4.323	-	-	
	Eletrobrás - Subtransmissão	20	1.394	7.525	8.939	8.501	-	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	5	16	31	52	64	80	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	5	11	33	49	55	66	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	1	8	25	34	41	49	
	Eletrobrás - Luz no Campo	5	254	60	319	579	819	
	Eletrobrás	15	1.722	-	1.737	-	-	
	Eletrobrás	-	6.927	3.463	10.390	-	-	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	240	6.129	16.574	22.943	28.768	34.619	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	110	9.387	52.262	61.759	66.573	65.625	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	483	-	58.480	58.963	-	-	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	3	2.437	13.351	15.791	17.006	16.761	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	29	-	29	76	125	
	Banco Itaú - repasse FINAME	29	718	2.414	3.161	200	-	
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	-	-	-	-	5.002	1.927	
	Banco do Nordeste- Recursos RECIN	-	-	-	-	5.002	1.927	
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	7	
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	25	
	Financiamento Funasa	-	1.513	15.887	17.400	17.058	-	
Total em moeda nacional	1.886	40.408	256.592	298.886	249.972	220.116		
Em moeda estrangeira								
NOTES UNITS	5.076	-	96.078	101.154	105.790	137.853	1	
Total em moeda estrangeira	5.076	-	96.078	101.154	105.790	137.853		
Custos de captação incorridos na contratação	(47)	(313)	(6.001)	(6.361)	(6.079)	-		
	<b>Total ENERGISA PARAÍBA</b>	<b>6.915</b>	<b>40.095</b>	<b>346.669</b>	<b>393.679</b>	<b>349.683</b>	<b>357.969</b>	
ENERGISA MINAS GERAIS	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	313	19.221	13.602	33.136	47.993	49.922	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	135	-	15.000	15.135	15.112	14.785	

	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	65	1.605	6.241	7.911	8.730	10.591	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	1	14	56	71	77	87	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	266	2.986	23.778	27.030	23.610	16.865	
	Banco Itaú - repasse FINAME	4	74	246	324	-	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	18	2.939	1.315	4.272	6.846	9.088	
	Banco HSBC - repasse BNDES	12	673	2.102	2.787	3.042	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	5	188	819	1.012	1.183	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	11	319	1.378	1.708	-	-	
	CCB - Banco Bradesco	1.382	12.500	50.000	63.882	75.833	76.421	1
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.212</b>	<b>40.519</b>	<b>114.537</b>	<b>157.268</b>	<b>182.426</b>	<b>177.759</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(193)	(356)	(560)	(785)	-		
<b>Total ENERGISA MINAS GERAIS</b>	<b>2.201</b>	<b>40.326</b>	<b>114.181</b>	<b>156.708</b>	<b>181.641</b>	<b>177.759</b>		
<b>ENERGISA NOVA FRIBURGO</b>	<b>Em moeda nacional</b>							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	104	8.257	4.873	13.234	19.197	19.969	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	58	-	4.000	4.058	4.031	3.942	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	111	418	529	592	668	
	Banco Itaú - repasse FINAME	1	24	81	106	-	-	
	Banco Pine - repasse BNDES	10	1.394	942	2.346	3.882	4.300	
	Banco HSBC - repasse BNDES	3	41	171	215	880	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	2	138	676	816	343	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	54	258	313	-	-	
	Banco Santander Brasil	319	5.271	-	5.590	5.003	-	
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>498</b>	<b>15.290</b>	<b>11.419</b>	<b>27.207</b>	<b>33.928</b>	<b>28.879</b>		
(-) custos de captação incorridos na contratação	(3)	(77)	(116)	(196)	(285)	-		
<b>Total ENERGISA NOVA FRIBURGO</b>	<b>495</b>	<b>15.213</b>	<b>11.303</b>	<b>27.011</b>	<b>33.643</b>	<b>28.879</b>		
<b>ENERGISA BORBOREMA</b>	<b>Em moeda nacional</b>							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	140	7.478	5.468	13.086	19.196	19.969	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	40	-	5.000	5.040	5.038	4.928	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	81	264	347	496	568	
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	5	6	11	18	22	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	-	-	-	-	2.024	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	95	1.705	9.403	11.203	11.760	11.588	
	Banco do Nordeste	3	-	1.891	1.894	-	-	
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	-	-	-	-	3.752	2.086	
	Banco do Nordeste- Recursos REFIN	-	-	-	-	3.753	2.087	
Banco Itaú - repasse FINAME	3	64	214	281	-	-		
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>283</b>	<b>9.333</b>	<b>22.246</b>	<b>31.862</b>	<b>44.013</b>	<b>43.272</b>		
(-) custos de captação incorridos na contratação	(4)	(108)	(242)	(354)	(463)	-		
<b>Total ENERGISA BORBOREMA</b>	<b>279</b>	<b>9.225</b>	<b>22.004</b>	<b>31.508</b>	<b>43.550</b>	<b>43.272</b>		
<b>ENERGISA SOLUÇÕES</b>	<b>Em moeda nacional</b>							
	Banco HSBC - Leasing	-	40	-	40	104	187	
	Finep	14	-	4.075	4.089	-	-	

	Financiamento BNDES	-	-	-	-	28.148	-
	Financiamento BNDES	-	-	-	-	11.949	-
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>14</b>	<b>40</b>	<b>4.075</b>	<b>4.129</b>	<b>40.201</b>	<b>187</b>
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(41)	(41)	(234)	-
<b>Total ENERGISA SOLUÇÕES</b>		<b>14</b>	<b>40</b>	<b>4.034</b>	<b>4.088</b>	<b>39.967</b>	<b>187</b>
ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE	Em moeda nacional						
	Financiamento BNDES	4.170	89.446	-	93.616	-	-
	Financiamento BNDES	1.010	34.746	-	35.756	-	-
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>5.180</b>	<b>124.192</b>	<b>-</b>	<b>129.372</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(234)	-	(234)	-	-
<b>Total ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE</b>		<b>5.180</b>	<b>123.958</b>	<b>-</b>	<b>129.138</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
CONSOLIDADO	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>11.152</b>	<b>262.279</b>	<b>543.695</b>	<b>817.126</b>	<b>1.035.391</b>	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(18)	(612)	(755)	(1.385)	(9.204)	-
	<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>14.502</b>	<b>-</b>	<b>274.505</b>	<b>289.007</b>	<b>302.255</b>	
	Custos de captação incorridos na contratação	(59)	(536)	(13.271)	(13.866)	(14.369)	-
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>		<b>25.577</b>	<b>261.131</b>	<b>804.174</b>	<b>1.090.882</b>	<b>1.314.073</b>	<b>1.302.550</b>

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante R\$102.582 (R\$41.499 em 2009), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.

Os financiamentos relativos às NOTES UNITS e Bradesco (CCB) possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. (vide nota 29 - Instrumentos Financeiros). Em 31 de dezembro de 2010, todas as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2009, alguns dos índices financeiros estipulados pelo contrato do Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento) não foram atingidos. A Administração negociou e conseguiu junto ao credor o reposicionamento dos índices, de forma a ficar adimplente com as exigências contratuais. Em face das novas condições terem sido formalizadas pela Instituição financeira em fevereiro de 2010, a Companhia em atendimento ao CPC 26 reclassificou no balanço de 2009 o saldo registrado no passivo não circulante no montante de R\$ 267.848 na controladora e R\$ 732.924 no consolidado, para o passivo circulante, de todos os contratos que apresentaram *cross default*.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame, no consolidado, estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os contratos NOTES UNITS possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos.

#### Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010:

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	Ref
Energisa SE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez. 2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	29	Dólar	+	10,5%

	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	35	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	44	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	53	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal, após jul.2012	Recebíveis	80	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	82	RGR	+	5,0%	
	Financiamento Inergus - PO	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	112	INPC/IPCA	+	6,0%	
	Financiamento Inergus - PSI	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	67	INPC/IPCA	+	6,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal, após mar 2011	Recebíveis	32	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	10	RGR	+	5,0%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	62		pré-fixado	8,4%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2012	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	11		pré-fixado	7,9%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	40		pré-fixado	8,3%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	TJLP	+	4,0%	
	Banco HSBC - repasse FINAME	ago-2011	mensal	Alienação fiduciária	4	TJLP	+	4,50%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25		pré-fixado	4,5%	
Energisa PB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez. 2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	29	Dólar	+	10,5%	1
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	36	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	59	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal, após ago.2011	Recebíveis	68	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	83	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal, após mar 2011	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2013	trimestral	-	17	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	21	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	21	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	abr-2012	mensal	Recebíveis	8	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	abr-2011	mensal	-	2			Selic Acumulada	

	Eletrobrás - Devolução LPT	mar-2012	mensal	-	7	Selic Acumulada		
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	23	pré-fixado	7,7%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	40	pré-fixado	7,8%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	39	TJLP	+	4,0%
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	jun-2019	mensal, após jun.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	60	pré-fixado	8,1%	2
	Financiamento Funasa	jan-2020	mensal	Fiança Energisa S/A	56	Média INPC/IPCA	+	6,0%
	Financiamento Funasa	dez-2026	mensal	Fiança Energisa S/A	93	Média INPC/IPCA	+	6,0%
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado	4,5%	
	Banco HSBC - repasse FINAME	jul-2011	mensal	Alienação fiduciária	4	TJLP	+	5,0%
Energisa MG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	38	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	38	RGR	+	5,0%
	Banco HSBC - repasse BNDES	dez-2019	mensal	Recebíveis	54	RGR	+	5,0%
	Banco HSBC - repasse BNDES	jun-2012	mensal	Recebíveis	9	TJLP	+	4,7%
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	31	TJLP	+	4,3%
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	33	UMBND	+	4,3% + juros variáveis
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP	+	3,9%
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado	4,5%	
	Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	33	CDI	+	1,25%
Energisa NF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	101	CDI	+	0,7%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	39	RGR	+	5,0%
	Banco Santander	dez-2011	final	-	11	CDI	+	1,8%
	Banco Pine - repasse BNDES	ago-2012	mensal	Recebíveis + aval Energisa S/A	10	TJLP	+	4,8%
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	32	TJLP	+	4,3%
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	33	UMBND	+	4,3% + juros variáveis

	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP	+	3,9%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado		4,5%	
Energisa BO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	fev-2013	mensal	Recebíveis	13	RGR	+	5,0%	
	Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	62	pré-fixado		7,5%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	39	pré-fixado		7,5%	2
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Alienação fiduciária	26	pré-fixado		4,5%	
Energisa Soluções	Banco HSBC- Leasing	jul-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,01%	
	Banco HSBC- Leasing	jul-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,01%	
	Banco HSBC- Leasing	jun-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,05%	
	Banco HSBC- Leasing	jun-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,05%	
	FINEP	out-2018	mensal, após jan.2012	Fiança Energisa S.A.	54	pré-fixado		8%	
Energisa Geração Rio Grande	BNDES- Financ. Invest.	jan-2025	mensal, após jan.2011	Ações ESol. + Recebíveis	87	TJLP	+	2,05%	
	BNDES- Financ. Invest.	set-2019	mensal, após jan.2011	Ações ESol. + Recebíveis	56	pré-fixado		4,5%	
1 - Possui Swap.									
2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.									

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2010	2009
US\$ x R\$	-4,30%	-25,5%
TJLP	6,0%	6,12%
SELIC	9,77%	11,99%
CDI	9,74%	9,88%
IPCA	5,91%	4,31%
IGP-M	11,32%	-1,71%

Em 31 de dezembro de 2010 os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

1.

	Consolidado
2012	110.506
2013	330.707
2014	65.995
2015	59.866
2016	44.559
Após 2016	192.541
<b>Total</b>	<b>804.174</b>

## Debêntures

Principais características das debêntures:

Empresa emissora	Controladora			Energisa MG	Energisa PB	Energisa SE	
	1ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão (1)	2ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/12/2006	01/04/2008	15/10/2010	15/12/2009	15/12/2009	08/11/2007	15/12/2009
Data de vencimento	01/10/2011	01/04/2014	15/10/2016	15/12/2014	15/12/2014	08/11/2015	15/12/2014
Garantia	Quirografária com garantia adicional (*)	Real	Real	Quirografária	Quirografária	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária
Rendimentos	CDI + 2% a.a	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,6% a.a	CDI + 1,9% a.a	CDI + 1,9% a.a	Varição Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	35.000	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Valor na data de emissão	350.000	150.000	300.000	60.000	80.000	73.248	60.000
Títulos em circulação	7.243	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Carência de Juros	6 meses	6 meses	7 meses	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Amortizações/parcelas	3 anuais	5 semestrais	5 semestrais	Final	Final	3 anuais	Final
Saldos em 31/12/2010 (2)	-	153.596	305.471	59.973	79.964	70.599	59.973
Circulante	-	4.193	7.473	313	417	1.044	313
Não circulante	-	149.403	297.998	59.660	79.547	69.555	59.660
Saldos em 31/12/2009 (2)	45.327	152.843	-	59.867	79.861	73.768	59.867
Circulante	45.327	152.843	-	59.867	79.861	73.768	59.867
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-

(\*) Ações do capital social das controladas Energisa PB e Energisa BO.

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. (Vide nota 29 - Instrumentos Financeiros).

(2) Deduzido de R\$2.598 (R\$1.426 em 2009) controladora e R\$4.288 (R\$3.116 em 2009) no consolidado referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2010 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2009, alguns dos índices financeiros estipulados pelo contrato de empréstimos e financiamento do Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento) não foram atingidos e a Administração somente obteve o reposicionamento dos índices junto ao credor em fevereiro de 2010. Como as debêntures possuem cláusulas *cross default* e em atendimento ao CPC 26 foi reclassificado o saldo registrado no passivo não circulante no montante de R\$149.402 na controladora e R\$421.010 no consolidado, para o passivo circulante.

A totalidade das debêntures de 1ª emissão foi resgatada antecipadamente em 18 de janeiro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2010 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2012	59.761	59.761
2013	59.761	82.946
2014	129.213	351.266
2015	99.333	122.517
2016	99.333	99.333
<b>Total</b>	<b>447.401</b>	<b>715.823</b>

#### **g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os recursos dos empréstimos do BNDES, BNB e Eletrobrás são liberados de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada investimento. Em dezembro de 2010, existiam os seguintes valores contratados e não liberados: R\$ 8 milhões do BNB, R\$ 59 milhões da Eletrobrás e R\$ 39 milhões do BNDES.

#### **10.2 - a) Resultados das operações da Companhia**

Em linha com o crescimento das vendas de energia, a Companhia encerrou o exercício de 2010 com receita operacional bruta consolidada de R\$ 3.151,3 milhões. Importante ressaltar que, em face do novo padrão contábil IFRS, as distribuidoras do Grupo Energisa passaram a reconhecer receita decorrente da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços públicos de energia elétrica, cujos montantes em 2010 e 2009 foram R\$ 200,1 milhões e R\$ 215,8 milhões, respectivamente.

Da receita bruta consolidada da Energisa, 94% são provenientes das suas distribuidoras de energia elétrica, sendo 76% advindas da região Nordeste e 24 % da região Sudeste.

Em 2010, as despesas operacionais do Grupo Energisa totalizaram R\$ 1.791,4 milhões, crescimento de 12,0% (ou R\$ 192,1 milhões) em relação a 2009 (R\$ 1.599,3 milhões). A elevação decorre principalmente do aumento de R\$ 145,7 milhões nos custos não controláveis (compra de energia elétrica e transporte de potência). As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) aumentaram R\$ 67,3 milhões. Vale ressaltar que, em face do novo padrão contábil IFRS, as controladas passaram a reconhecer receita e custo decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços públicos de energia elétrica, atribuindo para essa atividade margem zero.

O resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT) em 2010 foi de R\$ 363,9 milhões, contra R\$ 398,9 milhões em 2009. O EBITDA ajustado consolidado totalizou R\$ 552,8 milhões em 2010, com margem de 25,7%.

Descrição (Valores em R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T10	4T09	Var. em R\$ milhões	2010	2009	Var. em R\$ milhões
(=) EBIT	53,1	100,2	- 47,1	363,9	398,9	- 35,0
(+) Depreciação e amortização	71,7	61,4	10,3	144,2	132,6	+ 11,6
(=) EBITDA consolidado	124,8	161,6	- 36,8	508,1	531,5	- 23,4
Margem EBITDA sem ajustes (%)	16,6	22,7	- 6,1 p.p	23,6	26,6	- 3,0 p.p
(+) Receitas de acréscimos moratórios	9,1	8,3	+ 0,8	34,1	38,5	- 4,4
(+) Provisão para déficit com fundo de pensão	3,8	2,9	+ 0,9	10,6	13,6	- 3,0
(+) Receita de reajuste tarifário extraordinário (RTE)	-	-	-	-	1,7	- 1,7
(=) EBITDA Ajustado consolidado	137,7	172,8	- 35,1	552,8	585,3	- 32,5
Margem EBITDA Ajustado consolidado (%)	19,3	24,5	- 5,2 p.p	25,7	29,3	- 3,6 p.p

Importante destacar os principais efeitos no EBITDA consolidado decorrentes da adoção do novo padrão contábil IFRS:

Efeitos no EBITDA Consolidado (Valores em R\$ milhões)	2010	2009
• Ativos e passivos regulatórios	- 2,9	+ 49,0
• Participação dos empregados e administradores nos lucros (reclassificada para despesa de pessoal)	- 17,1	- 14,1
• Outras receitas e despesas (reclassificadas para resultado operacional)	+ 1,0	+ 1,6

Desconsiderando esses efeitos, o EBITDA Ajustado consolidado em 2010 teria apresentado evolução de 4,2% (R\$ 23,0 milhões, passando de R\$ 548,8 milhões, em 2009, para R\$ 571,8 milhões, em 2010) em relação a 2009.

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas de venda de energia para os consumidores cativos não são reajustadas por um índice específico e sim, de acordo com a metodologia da ANEEL. Já a receita da energia vendida para os consumidores livres são impactadas pela variação no IGM-P.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Variações no IPC-A afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o resultado financeiro.

**10.3 - a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável à Companhia

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável à Companhia

**a) Eventos ou operações não usuais**

Não aplicável

**10.4 - a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil que prevêem a aplicação do método de equivalência patrimonial para o registro dos investimentos em controladas. As demonstrações contábeis individuais não são consideradas integralmente adaptadas as IFRS, que exigem a avaliação dos investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, planos de aposentadoria e pensões, ativos fiscais e créditos tributários diferidos, marcação a mercados dos instrumentos financeiros e provisão para desvalorização de estoques, quando aplicável. Anualmente essas premissas são revisadas pela Administração.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2011.

## Demonstrações contábeis de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, editados até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o IFRS, tendo como base o IFRS 1 - First time adoption, e serve como referência para a primeira adoção das normas internacionais de contabilidade. Para que uma entidade afirme que suas demonstrações consolidadas estão conforme as normas internacionais de contabilidade é obrigatório que todos os pronunciamentos emitidos sejam adotados.

A Companhia optou por aplicar a seguinte isenção com relação à aplicação retrospectiva:

- Isenção de combinação de negócios: a Companhia não rerepresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição; e
- Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01: considerando que os ajustes que seriam reconhecidos referentes aos ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, seriam imateriais, as controladas optaram pelo método do valor contábil residual para mensurar: (i) o ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão e (ii) o ativo financeiro, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 609/2009 (CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as demonstrações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais.

A comparação das demonstrações contábeis na data da adoção dos CPCs/IFRS em 1º de janeiro de 2009, bem como as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009, com os valores divulgados originalmente, estão evidenciados nas Notas Explicativas nº 3. Conforme facultado pela Deliberação CVM 603/2009 e 656/2010, a Companhia ainda não rerepresentou suas informações trimestrais do exercício de 2010, comparativas com o mesmo período de 2009, de acordo com as normas vigentes para o exercício de 2010. Na nota explicativa nº 3.2 são apresentados os efeitos nos resultados e no patrimônio líquido da plena adoção das normas por trimestre.

## Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Transição das práticas contábeis - balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009:

### **a) Contrato de concessão**

As concessões de serviços públicos devem adotar a Interpretação Técnica ICPC 01 quando: (a) o concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infra-estrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (b) o concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infra-estrutura no final do prazo da concessão.

No entendimento da Administração o serviço público de distribuição de energia elétrica se enquadra nos fundamentos acima e, portanto, a Companhia adotou a forma de contabilização prescrita no ICPC 01 em seu balanço de abertura - 1º de janeiro de 2009.

A infra-estrutura construída não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não lhe transfere o controle desses bens. O concessionário tem acesso para operar a infra-estrutura para a prestação dos serviços públicos, e ao final do contrato os bens são revertidos ao poder concedente.

A infra-estrutura construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte por meio da venda de energia efetuada aos consumidores durante o prazo da concessão. Por se tratar dos recursos empregados na concessão, e recuperados pelas atividades operacionais dessa concessão, é registrado como um ativo intangível; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, se constituindo, dessa forma, em um ativo financeiro, classificado como empréstimo e recebível.

Na aplicação dessa norma, os seguintes entendimentos e estimativas foram considerados pelas controladas:

. embora a ANEEL exerça o controle regulatório sobre a infra-estrutura da concessão, com normas específicas de valorização, controle e utilização da “base regulatória” para fins de determinação das tarifas, o arcabouço regulatório ainda carece de regulamentação quanto a valorização do ativo financeiro a ser indenizado ao final das concessões. Diante dessas incertezas, a Administração concluiu, conservadoramente, que neste momento, a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão, é o valor dos ativos em serviço registrados na contabilidade societária, ao custo histórico.

. o valor correspondente a infra-estrutura a ser recuperado pelas operações foi reclassificado para o ativo intangível. A parcela a ser indenizada no final da concessão foi reclassificada para o ativo não circulante;

. a remuneração do ativo financeiro a ser indenizado ao término da concessão, por ser parte intrínseca da atividade de distribuição de energia elétrica, é reconhecida como receita de operação;

. conforme requerido pelo ICPC 01, as controladas passaram a reconhecer mensalmente receita e custo decorrente da construção de infra-estrutura utilizada na concessão. As controladas terceirizam suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero.

#### **b) Dividendos**

O ICPC 08 - Pagamento de dividendos estabelece que se a Companhia declarar dividendos superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações contábeis, não deve reconhecer esses dividendos como passivo ao final daquele período, já que não se constituem uma obrigação presente, devendo os mesmos serem apresentados destacados no patrimônio líquido. Na controladora, o efeito dos ajustes de dividendos a receber das controladas foi reconhecido em contrapartida ao investimento.

#### **c) Provisões para contingências**

Os valores de depósitos e cauções vinculados, referentes as provisões de contingências anteriormente apresentados no balanço patrimonial como redutor das respectivas provisões no passivo não circulante, passaram a ser apresentados na rubrica “depósitos e cauções vinculados” no ativo não circulante, conforme disposto no CPC 25.

#### **d) Ativos e passivos regulatórios**

As práticas contábeis vigentes anteriores as convergência para normas internacionais, permitiam que os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, fossem diferidos e somente lançados ao

resultado quando reconhecidos nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPCs, base para registro desses ativos e passivos, a Administração reconheceu os ativos e passivos regulatórios no resultado do exercício em que efetivamente ocorreram, ajustando o saldo na data de transição contra lucros acumulados.

#### **e) Deságio em aquisição de investimentos**

No exercício de 2006, a Companhia adquiriu o controle acionário da Energia do Brasil Participações Ltda., empresa essa, incorporada no exercício de 2007, tendo apurado um deságio, que após avaliação das normas do CPC 15, representa uma compra vantajosa. No balanço de abertura, o valor do deságio/compra vantajosa no montante de R\$296.424, anteriormente registrado como redutor do investimento na controladora, foi transferido para lucros acumulados por mudança de prática contábil no Patrimônio Líquido.

#### **f) Créditos tributários**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorre nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis, eram registrados no ativo circulante. Em observância ao CPC 26 a totalidade dos créditos diferidos passou a ser reconhecidos no ativo não circulante.

#### **g) Lucros não realizados**

Os lucros não realizados em operações com controladas, em atendimento ao ICPC 09, foram ajustados no balanço de abertura à conta de lucros acumulados.

#### **h) Participação dos acionistas não controladores**

A participação dos acionistas não controladores anteriormente registrada nas demonstrações contábeis como "participação minoritária", de acordo com as normas do CPC 26 passou a ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado na rubrica "participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas".

#### **i) Instrumentos financeiros**

Todas as normas e interpretações que entraram em vigor foram adotadas pela Companhia em 2010. As principais aplicáveis foram as seguintes:

- Alteração ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: o objetivo desta alteração é basicamente melhorar os requerimentos de divulgação. Isto aumenta os requerimentos para a divulgação de mensuração de Valor Justo, risco de liquidez, risco de mercado, risco de crédito e qualquer outro risco significativo.

- Alteração ao IFRS 7 referente a Hierarquia de Valor Justo: A alteração estabelece a divisão de hierarquia para Valor Justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro classificando como Nível 1. Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Além dos pontos acima descritos, a Companhia adequou suas Demonstrações Contábeis, para fins de divulgação, e passou a apresentar as seguintes informações:

- Demonstração consolidada dos resultados abrangentes, conforme requerido pelo CPC 26 e IAS 1;
- Lucro (prejuízo) por ação, conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), apresentado na Nota Explicativa nº 25;
- Informações por segmento, conforme requerido pelo CPC 22 e IFRS 8 (*Operating Segments*), apresentadas na Nota Explicativa nº 23.

#### Transição das práticas contábeis - balanço de 31 de dezembro de 2009.

##### a) Empréstimos e financiamentos - covenants

A Companhia reclassificou nas demonstrações contábeis de 2009 os saldos registrados no passivo não circulante para o passivo circulante dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R\$ 417.250 na controladora e R\$ 1.153.934 no consolidado em face de que alguns dos índices financeiros estipulados pelo contrato do Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento) não terem sido atingidos e por ter obtido "waiver" somente em fevereiro de 2010. Conforme estabelecido no CPC 26 mesmo que a Companhia tenha tido o "de acordo" anterior a publicação das demonstrações contábeis, a dívida total deve ser apresentada como passivo circulante.

##### b) Receita

Anteriormente a apresentação da receita na demonstração do resultado segregava a receita operacional, as deduções da receita operacional e a receita operacional líquida. O CPC 30 define que somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber, originários de suas atividades, líquidos de impostos - receita operacional líquida, devem ser apresentados nessa demonstração, devendo em notas explicativas ser divulgada a demonstração da receita operacional bruta e a receita operacional líquida.

##### c) Lucro por ação

Conforme CPC 41, o resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

#### Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Comparação das demonstrações contábeis ajustadas aos IFRS e CPCs e as anteriormente divulgadas, incluindo reclassificações de saldos iniciais para melhor apresentação

##### Controladora

Ativo	31/12/200	31/12/200	01/01/2009	01/01/200
	9	9	Ajustado	9
	Ajustado			
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	150.064	67	137.287	331
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	31.864	180.422	-	136.956
Recursos vinculados	-	1.439	-	-
Clientes, consumidores e concessionárias	4.114	4.114	3.377	3.377
Títulos de créditos a receber	17.484	17.484	-	-
Estoques	22	22	31	31
Impostos a recuperar	8.453	8.453	3.530	3.530

Dividendos a receber	2.278	24.174	3.796	42.027
Despesas pagas antecipadamente	118	118	98	98
Instrumentos financeiros derivativos	4.825	4.825	-	-
Outros créditos	166	166	437	437
<b>Total do circulante</b>	<b><u>219.388</u></b>	<b><u>241.284</u></b>	<b><u>148.556</u></b>	<b><u>186.787</u></b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				
Títulos de créditos a receber	2.147	2.147	-	-
Créditos com partes relacionadas	16.586	16.586	973	973
Créditos tributários	30.349	30.349	18.104	18.104
Depósitos e cauções vinculados	223	223	-	-
Outros	25	25	25	25
	<u>49.330</u>	<u>49.330</u>	<u>19.102</u>	<u>19.102</u>
Investimentos	1.105.748	797.118	971.263	673.443
Imobilizado	14.572	14.572	16.546	16.546
Intangíveis	251.832	279.465	245.243	274.049
<b>Total do não circulante</b>	<b><u>1.421.482</u></b>	<b><u>1.140.485</u></b>	<b><u>1.252.154</u></b>	<b><u>983.140</u></b>
<b>Total do Ativo</b>	<b><u>1.640.870</u></b>	<b><u>1.381.769</u></b>	<b><u>1.400.710</u></b>	<b><u>1.169.927</u></b>
	31/12/200	31/12/200		01/01/200
<b>Passivo</b>	<b><u>9</u></b>	<b><u>9</u></b>	<b><u>01/01/2009</u></b>	<b><u>9</u></b>
	Ajustado		Ajustado	
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	863	863	213	213
Encargos de dívidas	320	320	12	12
Empréstimos e financiamentos	300.531	32.683	699	699
Debêntures	198.170	48.768	29.973	29.973
Tributos e contribuições sociais	1.510	1.510	1.460	1.460
Dividendos a pagar	646	36.805	224	224
Obrigações estimadas	1.073	1.073	998	998
Outras contas a pagar	1.341	1.341	1.490	1.490
<b>Total do circulante</b>	<b><u>504.454</u></b>	<b><u>123.363</u></b>	<b><u>35.069</u></b>	<b><u>35.069</u></b>

**Não circulante**

Empréstimos e financiamentos	-	267.848	299.740	299.740
Debêntures	-	149.402	198.570	198.570
Instrumentos financeiros derivativos	7.541	7.541	-	-
Tributos e contribuições sociais	3.014	3.014	3.014	3.014
Outras contas a pagar	124	123	103	103
<b>Total do não circulante</b>	<b>10.679</b>	<b>427.928</b>	<b>501.427</b>	<b>501.427</b>

**Patrimônio líquido**

Capital social	468.790	468.790	394.535	394.535
Ações em tesouraria	(7.178)	(7.178)	(966)	(966)
Reserva de capital	1.848	1.848	-	-
Reserva de lucros	662.574	367.316	472.923	242.140
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(298)	(298)	(2.278)	(2.278)
	<b>1.125.736</b>	<b>830.478</b>	<b>864.214</b>	<b>633.431</b>

<b>Total do passivo</b>	<b>1.640.870</b>	<b>1.381.769</b>	<b>1.400.710</b>	<b>1.169.927</b>
-------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

**Demonstrações de resultados - controladora**

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2009</u>
	<u>Ajustado</u>	
Receita operacional líquida	41.768	41.768
Custo do serviço de energia elétrica	(17.995)	(17.414)
<b>Lucro bruto</b>	<b>23.773</b>	<b>24.354</b>
Despesas gerais e administrativas	(23.165)	(24.233)
Outras receitas	10.821	10.821
Outras despesas	(8.869)	(8.869)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>2.560</b>	<b>2.073</b>
Receitas financeiras	27.933	27.933
Despesas financeiras	(83.499)	(83.499)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(55.566)</b>	<b>(55.566)</b>
Equivalência patrimonial	316.768	289.625
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>263.762</b>	<b>236.132</b>
Imposto de renda e Contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e Contribuição social diferido	13.093	13.093
<b>Lucro antes das participações dos acionistas não controladores</b>	<b>276.855</b>	<b>249.225</b>
Participações de acionistas não controladores	-	(686)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>276.855</b>	<b>248.539</b>

**Consolidado**

Ativo	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
	<u>Ajustado</u>	<u>9</u>	<u>9</u>	<u>9</u>
<b>Circulante</b>			<b>Ajustado</b>	
Caixa e equivalente de caixa	571.119	40.462	443.464	42.645
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	137.984	573.615	117.111	402.400
Recursos vinculados	-	78.329	-	115.531
Clientes, consumidores e concessionárias	307.167	340.369	305.991	349.256
Títulos de créditos a receber	67.129	93.959	45.962	69.385
Ativo regulatório	-	43.663	-	74.830
Recomposição tarifária extraordinária	-	-	1.423	1.423
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(60.032)	-	(66.688)
Estoques	9.396	9.396	7.993	7.993
Impostos a recuperar	122.570	110.456	102.367	82.439
Dividendos a receber	840	840	400	400
Créditos tributários	-	3.808	-	10.654
Benefício fiscal - ágio incorporado	-	7.608	-	7.340
Despesas pagas antecipadamente	1.112	1.112	5.530	5.530
Instrumentos financeiros derivativos	4.825	4.825	23.197	23.197

Outros créditos	69.318	69.315	38.745	38.740
<b>Total do circulante</b>	<b>1.291.460</b>	<b>1.317.725</b>	<b>1.092.183</b>	<b>1.165.075</b>

**Não circulante**

**Realizável a Longo Prazo**

Aplicações no mercado aberto	6.493	-	51.177	38.600
Recursos vinculados	-	23.190	-	12.577
Clientes, consumidores e concessionárias	16.119	16.119	16.119	16.119
Títulos de créditos a receber	66.792	66.792	61.927	61.927
Impostos a recuperar	169.333	62.017	177.779	60.455
Créditos tributários	184.116	178.734	236.931	224.703
Benefício fiscal - ágio incorporado	-	107.316	-	114.924
Depósitos e cauções vinculados	60.676	27.979	61.541	36.798
Instrumentos financeiros derivativos	8.652	8.652	-	-
Contas a receber concessão	131.369	-	94.341	-
Outros	8.747	8.747	5.181	5.181
	<u>652.297</u>	<u>499.546</u>	<u>704.996</u>	<u>571.284</u>

Investimentos	11.982	11.982	11.332	11.332
---------------	--------	--------	--------	--------

Imobilizado	114.260	1.072.559	50.636	891.455
-------------	---------	-----------	--------	---------

Intangíveis	1.503.030	676.100	1.428.390	681.912
-------------	-----------	---------	-----------	---------

<b>Total do não circulante</b>	<b>2.281.569</b>	<b>2.260.187</b>	<b>2.195.354</b>	<b>2.155.983</b>
--------------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

<b>Total do Ativo</b>	<b>3.573.029</b>	<b>3.577.912</b>	<b>3.287.537</b>	<b>3.321.058</b>
-----------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

	31/12/2009	31/12/2009	01/01/2009	01/01/2009
	Ajustado	9	Ajustado	9
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	145.660	141.033	142.424	137.797
Encargos de dívidas	18.577	18.577	21.106	21.106
Empréstimos e financiamentos	892.699	159.775	52.283	52.283
Debêntures	471.533	50.523	31.225	31.225
Instrumentos financeiros derivativos	129.464	129.464	-	-
Folha de pagamento	2.951	2.951	24.300	24.300
Tributos e contribuições sociais	103.929	97.776	88.052	92.154
Parcelamento de impostos	10.182	10.182	11.844	11.844
Dividendos a pagar	4.729	40.888	2.903	2.903
Passivo regulatório	-	38.672	-	18.678
Obrigações estimadas	15.296	15.296	14.608	14.608
Encargos do consumidor a recolher	11.119	11.119	11.426	11.426
Taxa de iluminação pública	3.576	3.576	3.343	3.343
Déficit atuarial	5.218	5.218	15.714	15.714
Obrigações Intra-setoriais	47.358	47.358	36.350	36.350
Outras contas a pagar	34.794	34.794	23.841	23.841
<b>Total do circulante</b>	<b>1.897.085</b>	<b>807.202</b>	<b>479.419</b>	<b>497.572</b>

**Não circulante**

Fornecedores	4.503	4.503	2.420	2.420
Empréstimos e financiamentos	402.797	1.135.721	1.229.161	1.229.161
Debêntures	-	421.010	296.464	296.464
Instrumentos financeiros derivativos	7.541	7.541	154.922	154.922
Tributos e contribuições sociais	12.083	12.083	11.190	11.190
Parcelamento de impostos	15.594	15.594	23.110	23.110

Provisão para contingências	83.902	51.205	87.004	62.261
Provisão de déficit atuarial	21.295	21.295	75.604	75.604
Receita diferida - Deságio na aquisição de investimentos	-	296.424	-	296.424
Outras contas a pagar	2.491	2.489	4.324	4.324
<b>Total do não circulante</b>	<b>550.206</b>	<b>1.967.865</b>	<b>1.884.199</b>	<b>2.155.880</b>
<b>Participação minoritária</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62.981</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	468.790	468.790	394.535	394.535
Ações em tesouraria	(7.178)	(7.178)	(966)	(966)
Reserva de capital	1.848	1.848	-	-
Reserva de lucros	672.266	339.683	572.516	213.334
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(298)	(298)	(2.278)	(2.278)
Lucros (prejuízos) acumulados	(9.690)		(39.888)	
	1.125.738	802.845	923.919	604.625
<b>Total do passivo</b>	<b>3.573.029</b>	<b>3.577.912</b>	<b>3.287.537</b>	<b>3.321.058</b>

Demonstração do resultado do exercício - consolidado	31/12/2009	31/12/2009
	Ajustado	
Receita operacional líquida	1.996.572	1.755.792
Custo do serviço de energia elétrica	(1.349.505)	(1.148.528)
<b>Lucro bruto</b>	<b>647.067</b>	<b>607.264</b>
Despesas com vendas	(80.159)	(78.771)
Despesas gerais e administrativas	(169.625)	(162.287)
Outras receitas	17.891	21.356
Outras despesas	(16.298)	(19.981)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>398.876</b>	<b>367.581</b>
Receita financeira	152.602	155.091
Despesas financeiras	(156.537)	(159.337)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(3.935)</b>	<b>(4.246)</b>
Equivalência patrimonial	265	265
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>395.206</b>	<b>363.600</b>
Imposto de renda e Contribuição social corrente	(147.790)	(132.118)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	44.352	44.352
<b>Lucro antes das participações</b>	<b>291.768</b>	<b>275.834</b>
Participações dos empregados	-	(9.014)
Participações dos administradores	-	(5.103)
Participações de acionistas não controladores	(14.913)	(12.005)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>276.855</b>	<b>249.712</b>

### Conciliação do balanço patrimonial de 01/01/2009

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
<b>Saldo anterior à adoção das novas práticas</b>	<b>633.431</b>	<b>604.625</b>
Ajustes e reclassificações		
Equivalência patrimonial reflexa:		
Reversão dos ativos e passivos regulatórios efetuados pelas controladas	(34.150)	(34.150)
Ajuste provisão de contingências CPC -25	(2.685)	(2.685)
Compra vantajosa em combinação de negócios - CPC 15	296.424	296.424
Lucros não realizados com controladas - ICPC 09	(28.806)	-
Participação de acionistas não controladores	-	59.705
<b>Saldo após a adoção das novas práticas</b>	<b>864.214</b>	<b>923.919</b>

**Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício findo em 31/12/2009**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	830.478	248.539	802.845	249.712
Ajustes e reclassificações				
Ajustes e reclassificações efetuadas em 01/01/2009	230.783		259.589	
Equivalência patrimonial reflexa:				
Reversão dos ativos e passivos regulatórios efetuados pelas controladas				
Reversão efetuada no exercício de 2009	27.143	27.143	27.143	27.143
Realização de lucros não realizados - ICPC 09	1.173	1.173	-	-
Reclassificação dividendos a pagar - ICPC 08	36.159	-	36.159	-
<b>Saldo após a adoção das novas práticas</b>	<b>1.125.736</b>	<b>276.855</b>	<b>1.125.736</b>	<b>276.855</b>

**Efeitos da adoção dos IFRS e CPC no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 2010 e 2009**

Conforme facultado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Deliberação CVM 603/2009 e 656/2010, a empresa apresentou suas informações trimestrais (ITR) durante o exercício de 2010 atendendo as normas contábeis vigentes em 2009, devendo reapresentá-los devidamente ajustados às novas normas, até a apresentação do primeiro ITR de 2011.

Em atendimento às exigências dessas Deliberações, apresentamos os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrente da plena adoção das normas contábeis de 2010:

	CONTROLADORA			CONTROLADORA			CONTROLADORA		
	31/3/2010	31/3/2009	Lucro líquido	30/6/2010	30/6/2009	Lucro líquido	30/9/2010	30/9/2009	Lucro líquido
Saldo anterior a adoção das novas práticas	872.140	42.628	66.213	949.348	121.093	169.790	908.887	158.628	234.508
Equivalência patrimonial reflexa:									
ajuste de avaliação patrimonial - Contas a receber da concessão líquido dos efeitos tributários	-	4.266	5.316	-	(7.481)	19.180	-	2.006	800
Reversão reflexa dos ativos regulatórios líquido dos efeitos tributários	294.054	-	-	(9.765)	-	-	(7.783)	-	-
Reversão de lucros não realizados com controladas	(27.331)	303	293	(27.029)	605	586	(26.727)	907	879
<b>Saldo após a adoção das novas práticas</b>	<b>1.138.863</b>	<b>47.197</b>	<b>71.822</b>	<b>912.554</b>	<b>114.217</b>	<b>189.556</b>	<b>874.377</b>	<b>161.541</b>	<b>236.187</b>

	CONSOLIDADO			CONSOLIDADO			CONSOLIDADO		
	31/3/2010	31/3/2009		30/6/2010	30/6/2009		30/9/2010	30/9/2009	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Lucro líquido
Saldo anterior a adoção das novas práticas	844.810	42.931	66.506	922.319	121.697	170.376	882.160	159.534	235.387
Reversão reflexa dos ativos regulatórios líquido dos efeitos tributários	(2.371)	4.266	5.853	(9.765)	(7.480)	20.189	(7.783)	2.007	800
Deságio na aquisição de investimentos	296.424	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(537)	-	-	(1.009)	-	-	-
Saldo após a adoção das novas práticas	<u>1.138.863</u>	<u>47.197</u>	<u>71.822</u>	<u>912.554</u>	<u>114.217</u>	<u>189.556</u>	<u>874.377</u>	<u>161.541</u>	<u>236.187</u>

Sobre essas informações foram aplicados, pelos auditores independentes, os procedimentos de revisão especial de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), não tendo sido, portanto, auditadas.

#### c) Ressalvas e ênfase presentes no Parecer do Auditor

Não houve ressalvas e ênfases no Parecer dos Auditores relativo às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

#### 10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia

Não aplicável

#### 10.6 - Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras

##### a) Grau de eficiência dos controles

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

**b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os relatórios e os pareceres dos auditores independentes com relação às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 não apontam quaisquer deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos utilizados pela Energisa para elaboração das suas demonstrações contábeis.

**10.7 - a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Em 2010 foram emitidos R\$ 300,0 milhões em debêntures pela Energisa S/A. Os recursos resultantes dessa oferta foram utilizados integralmente para pré-pagamento de dívida mais onerosa e com menor prazo.

**b e c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não houve desvios.

**10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia**

**a) Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço**

Não aplicável

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável

**10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

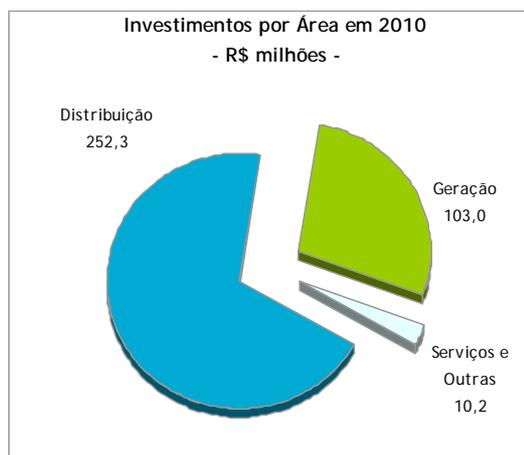
Não aplicável

**10.10 - Principais elementos do plano de negócios da Companhia**

**a) Investimentos**

Os investimentos do Grupo Energisa somaram R\$ 365,5 milhões em 2010, contra R\$ 378,0 milhões em 2009. A subsidiária Energisa Paraíba foi responsável por 35,8% de todo o investimento do Grupo em 2010, seguida pela Energisa Geração Rio Grande (ERG), com 28,2%.

A ERG, também controlada integralmente pela Energisa S/A, recebeu em dezembro de 2010 os ativos das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), Caju, São Sebastião do Alto e Santo Antonio, na cisão parcial da controlada Energisa Soluções.



1. Durante o ano, a Companhia realizou mais de 12,4 mil ligações de energia em toda a sua área de atuação, relativas ao Programa Nacional de Universalização e Uso da Energia Elétrica. Desde o início do programa, em 2004 até dezembro de 2010 foram efetuadas 130 mil ligações. O investimento nesse período de sete anos totalizou R\$ 568,5 milhões, dos quais o Grupo Energisa recebeu R\$ 492,8 milhões do Governo Federal e de Governos Estaduais para a execução do programa.

As construções das três PCHs - Caju, São Sebastião do Alto e Santo Antônio, todas localizadas no Rio Grande, estado do Rio de Janeiro - demandaram investimentos de R\$ 103 milhões em 2010. O investimento total, ao término das obras, será de R\$ 200,0 milhões, sendo R\$ 150,0 milhões financiados pelo BNDES. Até 31 de dezembro de 2010, já foram investidos nessas PCHs o montante de R\$ 188,5 milhões, ou seja, 94% do investimento total. O projeto das PCHs está sendo realizado pela controlada Energisa Soluções.

Ainda em 2010, a Energisa ingressou no setor de geração de energia elétrica por fonte eólica no Brasil. A empresa foi uma das vencedoras na concorrência do 2º Leilão de Fontes Alternativas 2010, que estabelece a venda de energia para o mercado regulado por um período de 20 anos. A partir de 2013, a Energisa vai comercializar 59,7 MW médios, com potência instalada de 150 MW, ao preço de R\$ 136,00 / MWh. A Companhia, através de subsidiárias específicas, construirá cinco parques eólicos no Estado do Rio Grande do Norte, com investimentos que totalizarão aproximadamente R\$ 560 milhões. A produção destes parques alcançará 68,7 MW médios. Os 9 MW médios restantes serão vendidos no ambiente de contratação livre.

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

As três PCHs - Caju, São Sebastião do Alto e Santo Antônio em construção, com capacidade total de 31,2 MW e produção anual de 157,4 GWh influenciará a capacidade produtiva do Grupo Energisa. Essas usinas entrarão em operação no segundo semestre de 2010. O investimento total, ao término das obras, será de R\$ 200,0 milhões, sendo R\$150,0 milhões financiados pelo BNDES. Até 31 de dezembro de 2009, já foram investidos nessas PCHs o montante de R\$ 188,5 milhões, ou seja, 94% do investimento total.

**c) Novos produtos e serviços**

Não aplicável

**10.11 - outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima

Cataguases, 28 de março de 2011.

**Ivan Müller Botelho**  
**Presidente do Conselho de Administração**